Assembleia de Freguesia de Ega

Ata

Reunião da Assembleia de Freguesia

20/12/2021

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, na sede da Junta de Freguesia de Ega, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Ega, sob presidência de Daniel Tomé Gonçalves, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Intervenção do público;
2 – Período antes da ordem do dia;

Ordem do dia:
1 – Leitura e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia;
2 – Apreciação e votação da Conta de Gerência de 1/1/2021 a 14/10/2021;
3 – Apreciação e votação do Orçamento, PPI e Mapa de Pessoal para 2022;
4 – Informação do Presidente da Junta;

Compareceram na sessão os deputados Daniel Tomé Gonçalves, Daniel Pratas, Dina Melro, Paulo Vitorino Gonçalves, Ramiro da Costa Braz, Amândio Cravo, Deonilde Dias, Helena Gonçalves e Hugo Ferreira. Por parte do executivo da junta esteve presente o Presidente Rodolfo Silva e a Tesoureira Paula Mendes. A secretária Isabel Santos não compareceu na sessão devido ao facto de estar em isolamento profilático.

O Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão saudando os elementos do público presentes e, também, todos os membros eleitos para o novo mandato de 2021-2025. Afirmou que espera que os trabalhos da assembleia, no decurso do mandato, decorram com civismo e espírito democrático de forma a enaltecer, cada vez mais, o nome da Freguesia da Ega.

Teve, então, início o ponto um, intervenção do público. Tomou a palavra o cidadão Carlos Carecho tendo iniciado a sua intervenção felicitando o novo Presidente da Assembleia de Freguesia na assunção das novas funções e fazendo votos de que seja uma pessoa idónea e que saiba conduzir os trabalhos da melhor forma. Felicitou, também, o novo Presidente da Junta de Freguesia e a sua equipa desejando que consigam fazer um pouco mais do que o anterior executivo fez, afirmando que o trabalho não é fácil e que o programa a que se propuseram é arrojado, mas deseja que, com trabalho e dedicação, consigam atingir todos os objetivos. Prosseguiu a sua intervenção referindo que existiram algumas serventias que foram alcatroadas e outras não questionando se, no futuro, está previsto o alcatroamento de mais serventias em falta. Perguntou, também, se estava prevista alguma remodelação do que era o lavadouro do Casal do Rossio na Ega afirmando que aquele lavadouro tinha uma forte tradição e que as tradições não se devem perder. Referiu que se algo no passado correu menos bem, isso poderia ser remediado, tendo sugerido que se erguesse no local, por exemplo, um monumento às lavadeiras da Ega.

De seguida, tomou a palavra o cidadão Ricardo Marques tendo aproveitado para saudar, como cidadão e como Presidente dos Ugas – Associação Desportiva e Cultural de Ega, os elementos eleitos para o novo mandato. Desejou que a Junta de Freguesia e os Ugas continuem com a boa relação que

tem existido tendo aproveitado, ainda, para questionar acerca do ponto de situação do processo da Piscina da Ega.

De seguida, tomou a palavra o cidadão Carlos Bicho. Iniciou a sua intervenção saudando os presentes e felicitando o novo executivo e a nova assembleia desejando que todos façam igual ou melhor que no mandato anterior, mas de preferência melhor, tendo afirmado que, de facto, existiram alguns processos que ficaram por resolver. Afirmou que ao longo do mandato que agora inicia irá estar presente para ajudar no que lhe for possível a fim de contribuir para o desenvolvimento da freguesia.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia, Rodolfo Silva, saudando os presentes, aproveitou para desejar que as sessões da Assembleia de Freguesia decorram com elevação, com apresentação e discussão de ideias e propostas e com espírito construtivo. Prosseguiu a sua intervenção dando uma palavra de solidariedade para com a Associação da Arrifana devido a considerações emitidas naquela tarde, nas redes sociais, tendo referido que alguém decidiu misturar uma ajuda que a Câmara Municipal deu à referida associação, para a aquisição de um equipamento, com o facto de a secretária do executivo da Junta fazer parte dos órgãos sociais daquela associação, como suplente. Referiu que a Freguesia da Ega tem a sorte de ter algumas associações que representam muito bem a freguesia afirmando que, por vezes, é muito complicado garantir pessoas disponíveis para manter as associações abertas e com atividades referindo que a Associação da Arrifana é uma das que tem tido dinâmica e atividade nos últimos anos. Afirmou que certo tipo de comentários e considerações só leva a que haja desmotivação e perda de interesse das pessoas em assumir e manter este tipo de associações.

Prosseguiu a sua intervenção respondendo às questões levantadas pelo público presente. Dirigiu-se ao cidadão Carlos Carecho agradecendo a identificação das serventias em falta afirmando que algumas delas já estariam previamente identificadas, mas, do que tinha conhecimento, existiam casos de serventias cujo alcatroamento teria sido reclamado, nomeadamente através das redes sociais, que se tratam de serventias particulares. Referiu que tinha um caso concreto em que a pessoa lhe disse que não pretendia a serventia alcatroada uma vez que, a partir do momento em que a Câmara alcatroasse a serventia em causa, a mesma tornar-se-ia pública, ou seja, admitindo-se que a mesma, atualmente, será privada, nem a Câmara nem a Junta poderiam intervir. Informou que, das que tem conhecimento de terem sido alcatroadas recentemente, tratam-se, efetivamente, de casos de serventias públicas, algumas delas até com nome de rua atribuído. Não obstante, admitiu que existirão outros casos a necessitar de requalificação tendo informado que ainda na semana anterior tinha sido requalificado um acesso a uma habitação no Casal do Missa. Informou acerca de outro caso no Casal do Missa em que foi solicitada a requalificação de uma serventia estando o processo em análise na Câmara Municipal para aferição se se trata de uma serventia pública ou privada para avaliação de uma possível intervenção.

Continuou a sua intervenção para prestar esclarecimentos acerca do lavadouro do Casal do Rossio na Ega tendo referido que foi um tema que foi levantado em período eleitoral afirmando que o mesmo veio a discussão naquela altura precisamente por estarmos em campanha eleitoral, o que considerou normal. Prosseguiu a sua intervenção apresentando um breve enquadramento do espaço e do equipamento em questão afirmando que a história do mesmo não era assim tão longa. Referiu que se tratava de um lavadouro com cobertura de amianto em avançado estado de degradação/desagregação, com presença de várias pragas de roedores e mosquitos, com cheiros desagradáveis nomeadamente devido à presença de águas paradas da chuva, e com impossibilidade de se garantir a água corrente que deriva de valas/linhas de água que constam de terrenos particulares não sendo, portanto, possível garantir o normal funcionamento do lavadouro. Referiu, ainda, o facto de por

vezes os contentores do lixo no Casal do Rossio se virarem para a vala de trás e, consequentemente, o lixo acabar depositado na vala e no lavadouro, assunto, este, abordado em assembleias anteriores. Afirmou tratar-se, portanto, de um problema de saúde pública. Continuou referindo que o lavadouro tratava-se de um equipamento obsoleto, sem uso, cuja limpeza regular era assegurada pela Junta de Freguesia, sendo que o lavadouro não foi construído pela Junta mas sim por uma Comissão de Melhoramentos da Ega, informando, ainda, que existem outros equipamentos do género, em bom estado e alvo de investimentos recentes que permitem prestar o serviço de lavadouro à população, nomeadamente o lavadouro do Casal da Torre. Referiu, também, a existência da fonte de mergulho do Casal dos Barreiros, alvo de requalificação recente, e que por vezes é utilizada, também, como lavadouro. Afirmou, também, que não raras vezes o lavadouro do Casal do Rossio era alvo de inundações em períodos de chuva forte tratando-se, no fundo, de um equipamento fora do contexto, das necessidades e da realidade atual. Prosseguiu a sua intervenção mostrando a fotografia da publicação nas redes sociais aquando do levantamento do assunto em campanha eleitoral afirmando que se trata de uma fotografia redutora de tudo o que se fez no local. Posto isto, afirmou que se transformou o espaço em causa, uma das entradas da Ega, num espaço de lazer onde as pessoas se podem sentar, estar e descansar, tendo-se construído, também, um muro e piso de suporte para os contentores do lixo promovendo-se a manutenção e limpeza do espaço e tendo-se mantido, ainda, o acesso aos terrenos adjacentes e a passagem de água sem obstruções. Continuou a sua intervenção referindo que não queria dizer que o lavadouro não tinha uma certa importância e uma história por trás mas que por vezes se trata de questões mais pessoais de cada um, tendo informado que pesquisando na bibliografia existente acerca da nossa freguesia se verifica que, na Monografia de Condeixa-a-Nova de A. Santos Conceição (vulgo livro do Professor José Maria Gaspar) não existe qualquer referência ao lavadouro; também no livro Memórias do Património: A Ega e o seu Termo antigo (2008) do Padre Amílcar Neves não existe qualquer menção a este equipamento tendo referido que, apenas no Guia do Património da Freguesia de Ega (2013), da Junta de Freguesia de Ega, existe uma ligeira referência, nomeadamente apenas uma menção quanto à sua existência.

O Presidente da Junta continuou a sua explicação quanto a este assunto referindo que o lavadouro tratava-se de uma construção pós-25 de Abril, realizada por uma Comissão de Melhoramentos da Ega, sem "valor histórico" para além do valor sentimental para algumas pessoas e sem enquadramento arquitetónico. Referiu que outra das críticas levantadas era a de que não tinha sido dado a conhecer à população e à Assembleia de Freguesia o que iria ser feito no local. Para responder a este ponto, o Presidente da Junta apresentou a ata da assembleia de 28 de abril de 2021 onde foi abordada a questão do lavadouro e onde era referida a hipótese de demolição do mesmo e onde se solicitava a opinião da assembleia quanto a isso e quanto a outras ideias, não tendo existido qualquer objeção quanto à reconversão do local em zona de lazer. Referiu, também, que na assembleia seguinte, de 30 de junho de 2021, a ata da assembleia anterior foi aprovada por unanimidade. Em suma, concluiu, não existiu alienação de património, nem aquisição de património, mas sim um investimento para "devolver" um espaço ao uso total dos fregueses, ação que se enquadra dentro das responsabilidades e âmbito do executivo da Junta de Freguesia. Por fim, acrescentou que tinha interesse em realizar no local algumas melhorias a fim de recordar a existência do lavadouro e, também, o desenvolvimento de outras atividades tradicionais tendo, para o efeito, pedido um orçamento para o embelezamento do espaço com um painel de azulejos que ascendeu a cerca de 1500€. Referiu que é uma ideia a ponderar assim como se poderá pensar noutras ideias para embelezar o espaço. Quanto à reconversão executada no espaço, referiu que não existia nada no local que desse para aproveitar pelo que considera correto o que foi realizado podendo-se agora, no futuro, pensar sim em ideias de embelezamento do que foi feito. Lembrou, ainda, que a presença do lavadouro naquele

sítio traria, sempre, custos de manutenção para a Junta de Freguesia, num equipamento sem qualquer uso atual e previsto no futuro, o que não faria sentido.

De seguida, o Presidente da Junta respondeu, quanto ao processo da piscina, que na Assembleia Municipal da passada quinta-feira, tinha sido informado de que um documento que estaria em falta, por parte do Centro Social da Ega, para a realização do contrato de permuta do imóvel da piscina com o imóvel do antigo posto médico já teria sido entregue, sendo que a escritura do contrato de permuta estava marcada para a próxima segunda-feira.

De seguida, tomou a palavra o cidadão Carlos Bicho para referir que o Presidente da Junta tinha feito um enquadramento correto da situação do lavadouro do Casal do Rossio e que o lavadouro tinha um valor sentimental que era relativo. Acrescentou que aquele equipamento tinha sido construído pela Comissão de Melhoramentos da Ega da qual fazia parte, entre outros, o seu pai. Referiu que, hoje em dia, temos um contexto de vida diferente e que ninguém utilizava aquele espaço acrescentando, contudo, que em alternativa existe o lavadouro do Casal da Torre que está totalmente funcional. Concluiu referindo que a situação do lavadouro do Casal do Rossio era um problema de saúde pública, onde não corria água, e que era um posso de lixo, afirmando que agora está no local uma obra digna que, como em tudo, poderá vir a ser melhorada.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Assembleia de Freguesia para propor um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Costa, ex-presidente da Junta de Freguesia de Ega. O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

De seguida, teve início o ponto dois, período antes da ordem do dia. Tomou a palavra a deputada Deonilde Dias tendo iniciado a sua intervenção para dizer que percebeu a explicação dada pelo Presidente da Junta quanto ao processo da piscina da Ega mas afirmou que, contudo, não entendeu o voto a favor, do Presidente da Junta, ao orçamento da Câmara Municipal uma vez que o mesmo não contempla qualquer valor para investimento na Piscina da Ega. Prosseguiu a sua intervenção afirmando que a escola primária de Campizes foi remodelada tendo questionado que uso irão dar, agora, aquele espaço tendo dito que a população sénior precisa muito de atividades e reclama nesse sentido. Alertou, também, para a situação de uma serventia particular no Casal Pedro Vaz na Ega, que dá acesso às traseiras de uma habitação onde vive uma pessoa com deficiência que se desloca em cadeira de rodas e que não consegue aceder autonomamente à habitação pela parte da frente devido à existência de um degrau e de uma curva perigosa na estrada. Referiu que a pessoa pretendia ver melhorado o acesso pela serventia privada à sua habitação tendo solicitado ao Presidente da Junta para que, juntamente com a Câmara Municipal e a Segurança Social, avaliasse uma forma possível de melhorar esta situação. Questionou, por fim, qual o motivo para que a luz da casa de banho da Junta de Freguesia esteja sempre ligada, à noite, quando a porta se encontra fechada.

Seguidamente, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para colocar algumas questões. Iniciou a sua intervenção fazendo votos de que o presente mandato decorra de forma digna e respeitosa deixando o repto para que se deixe as questões das redes sociais fora do âmbito da assembleia. Prosseguiu a sua intervenção alertando para a desatualização de informação no site da junta referindo que os últimos relatórios de análises de água que lá constam datam de maio de 2020, aproveitando para alertar para as situações das fontes de Casével e Campizes onde, devido às chuvas, já não é possível ler os documentos afixados nas mesmas. Continuou a abordar a situação do site da junta referindo que as contas de gerência que lá constam são de 2012 e 2016, que as atas do executivo estão dispersas por dois menus, Espaço do Cidadão e Transparência, que no menu de Execução Orçamental só aparece dados de Janeiro e Fevereiro de 2017, referindo que a desorganização é

transversal ao site afirmando que considera que não é esta a imagem da nossa junta que se pretende passar e que também não é desta forma que se vai atrair os jovens para a vida política. Concluiu, em relação ao site, referindo que é de entendimento de que existem recursos para garantir a atualização do site e questionou quais os custos inerentes à sua manutenção. Continuou a sua intervenção questionando o ponto de situação quanto ao tratamento das águas pluviais e respetivas caixas e tampas no Relves referindo que foi um assunto que foi levantado numa reunião da Câmara Municipal. Prosseguiu abordando a questão do lavadouro do Casal do Rossio. Afirmou que não estava contra nada do que tinha sido dito até ao momento, nomeadamente quanto aos problemas de saúde pública e salubridade, no entanto, referiu que é entendimento do PSD que a nossa existência pauta-se pelo conhecimento, nomeadamente, de onde viemos, onde estamos e para onde pretendemos ir. Afirmou que o que foi feito naquele local limpou parte da história que as gerações vindouras não vão conhecer referindo que o assunto poderia ter sido trabalhado de outra forma. Disse ainda que a Lei nº 75/2013, no artigo 16º número 1 alínea aa), refere que é da competência da Junta de Freguesia gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos. Encerrou a sua intervenção dizendo que, de acordo com a mesma Lei nº 75/2013, no artigo 9º número 2 alínea e), compete à assembleia de freguesia apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta de freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, a qual deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia de freguesia com a antecedência de cinco dias sobre a data de início da sessão. Questionou se foi cumprido este requisito e, se sim, porque não tinham sido informados dessa comunicação escrita.

De seguida, tomou a palavra a deputada Helena Gonçalves tendo iniciado a sua intervenção questionando qual o ponto de situação quanto ao saneamento do Casal do Missa. Referiu que foram realizadas, há pouco tempo, obras na rede de abastecimento de água, no entanto existem novos montantes previstos para novas obras tendo questionado o porquê, nomeadamente se alguma coisa não ficou bem feita, sendo necessário fazer mais alguma coisa. Questionou, também, o que irá ser feito nos dois lotes de terreno que a Câmara Municipal comprou junto ao Rio dos Mouros referindo que se trata de leito de cheia. Por fim, perguntou que atividades estavam previstas para as pausas letivas dos alunos das escolas, tendo referido que já existiram alturas em que houve ocupação dos tempos livres.

De seguida, tomou a palavra o deputado Daniel Pratas para saudar a nova assembleia fazendo votos de que o novo mandato se paute por intervenções construtivas, de debate de ideias, de apresentação de propostas alternativas e de diálogo entre as diferentes bancadas, tendo referido que isso foi algo que falhou no mandato anterior, o que só prejudica a nossa terra. Disse que, independentemente de as coisas serem feitas de um modo ou de outro, todos estavam ali presentes para fazer e dar o melhor pela nossa terra, sendo esse o interesse de todos. Saudou, também, o novo executivo da junta, principalmente o Presidente Rodolfo Silva, tendo referido que é uma pessoa que conhece há bastantes anos e sobre a qual tem a certeza de que está ali de corpo e alma para levar os desígnios da freguesia em frente com a nossa colaboração. Encerrou a sua intervenção, comentando acerca do processo do lavadouro do Casal do Rossio, tendo referido que é um assunto já amplamente discutido e esmiuçado, afirmando que houve algum aproveitamento político do assunto na altura da campanha eleitoral. Referiu que o valor sentimental daquele espaço estará sempre presente mas que agora estarão, obviamente, disponíveis para ouvir possíveis propostas para embelezamento do local tendo mencionado que o Presidente da Junta já tinha apresentado uma possível opção. Disse ainda que o local foi transformado num espaço de lazer à disposição de todos, mas que no futuro se poderá, efetivamente, embelezar o local de outra forma tendo realçado, também, que, em termos funcionais, os problemas foram resolvidos, nomeadamente o facto de os caixotes do lixo se virarem para a vala de trás, problema esse identificado há muitos anos e que, concluiu, finalmente ficou resolvido.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Quanto à luz da casa de banho da Junta, agradeceu a chamada de atenção, e respondeu que não sabia até que ponto não seria a luz de emergência que estaria acesa toda a noite tendo referido que iria averiguar a situação, nomeadamente a possibilidade de se colocar uma luz com sensor de movimento. Em relação ao voto favorável ao Orçamento da Câmara Municipal, mesmo não contemplando qualquer verba para a obra da piscina da Ega, respondeu que isso foi explicado aquando da discussão do orçamento tendo informado que, uma vez que à presente data a piscina ainda não pertence à Câmara, o Município não pode incluir no orçamento uma obra num imóvel que ainda não lhe pertence. Informou que o processo de permuta estava encaminhado mas não se previa que acontecesse até ao final do ano, pelo que a Câmara não se podia comprometer com essa obra para 2022. Referiu, também, que espera que as obras na piscina não sejam feitas a correr uma vez que o estado de degradação do equipamento é elevado e são necessárias intervenções de fundo que deverão ser bem pensadas e planeadas. Disse ainda que o Orçamento da Câmara não se resume só à questão da piscina mas a um conjunto de muitas outras propostas, algumas delas muito boas para a freguesia, daí ter votado a favor da sua aprovação. Em relação à escola primária de Campizes informou que está previsto que a remodelação esteja terminada no primeiro trimestre do próximo ano, tendo referido que os materiais de construção estão caríssimos e que tem havido uma grande falta de matéria-prima e de materiais, sendo que posteriormente a escola ficará disponível para uso da população em geral tendo informado, ainda, que a necessidade de remodelação daquele edifício partiu de um grupo de pessoas de Campizes que se mostrou disponível para tomar conta e dinamizar aquele espaço. Quanto à questão do acesso à habitação no Casal Pedro Vaz respondeu que iria averiguar o assunto junto das pessoas referindo que desde que tomou posse, de facto, não tinha tido qualquer pedido por parte dos interessados neste assunto e que não sabia se, em mandatos anteriores, tinha já existido esse pedido. A deputada Deonilde Dias referiu que já tinha existido um pedido anterior, mas como se trata de uma serventia privada nada foi feito tendo solicitado ao presente executivo se, de facto, existiria alguma forma de ajudar a pessoa em causa, ao que o Presidente da Junta respondeu que iria averiguar o assunto junto da família em questão e ver o que se poderia fazer, dentro do que é legal e permitido. Quanto à questão do site da junta, o Presidente da Junta respondeu que a questão da publicação das atas estava ultrapassada tendo referido que este era um dos assuntos que vinha sendo solicitado em assembleias anteriores. Informou que o site é antigo e nem sempre de fácil atualização, mas que iriam fazer o possível para o manter mais atualizado. Quanto à questão dos acrílicos nas fontes, onde os documentos publicados ficam danificados, referiu que iria verificar uma solução alternativa para resolver o problema. Quanto à questão do tratamento das águas pluviais e limpeza das caixas e valetas, o Presidente da Junta referiu que desde o início do seu mandato, grande parte do trabalho desenvolvido pelos cantoneiros tem sido a limpeza de valetas, valas e caixas precisamente para a desobstrução das mesmas por causa das chuvas tendo informado que, contudo, existiu um período mais complicado devido ao facto de o único empregado com carta de condução, o João, ter estado de baixa, facto que impossibilitou o desenrolar conveniente dos trabalhos, sendo natural que se possa ter atrasado um pouco algumas limpezas. Informou que em períodos anteriores existiam quatro trabalhadores, dos quais dois com carta de condução, o que permitia desmultiplicar as equipas, sendo que atualmente existem apenas três trabalhadores e apenas um com carta de condução. Referiu que irão tentar recuperar o tempo perdido. Quanto à questão do envio de informação escrita ao Presidente da Assembleia, o Presidente da Junta respondeu que foi um lapso seu informando que tem uma breve apresentação visual com essa informação mas que, na próxima assembleia, irá ter essa questão em atenção. Quanto ao lavadouro do Casal do Rossio referiu, mais uma vez, que a obrigação da junta na limpeza e conservação dos lavadouros tem sido executada nos vários lavadouros na freguesia, mas que

uma coisa é fazer essa limpeza e saber que os equipamentos são usados, outra coisa é efetuar a limpeza recorrente de algo que não tem qualquer uso tendo referido, ainda, que existia uma acumulação tão grande de lixo no lavadouro do Casal do Rossio que obrigava a limpezas quase de quinze em quinze dias sendo que a limpeza do mesmo demorava quase um dia de trabalho. O deputado Amândio Cravo usou da palavra para dizer que se passarem em Gabrielos, perto da Granja do Ulmeiro, deveriam verificar o que foi feito em duas fontes, uma ao lado da outra, informando que não são usadas mas foram requalificadas e preservadas.

O Presidente da Junta prosseguiu a sua intervenção referindo que, quanto à aquisição dos terrenos junto ao Rio dos Mouros, este assunto tinha sido falado na última Assembleia Municipal estranhando que a bancada do PSD saiba e tenha trazido o tema do seu sentido de voto no Orçamento e desconheça o que foi falado em relação à aquisição dos terrenos. Informou que os terrenos foram, de facto, comprados pela Câmara Municipal que está a aguardar a compra de mais alguns terrenos junto à linha de água para fazer a área necessária para os objetivos no local. Referiu que se trata de terrenos em leito de cheia que não permitem determinadas construções, mas permitem outras, sendo um dos objetivos a candidatura a fundos específicos para a reabilitação do açude e posteriormente para a construção de um espaço de lazer na zona envolvente. Quanto à questão do ATL informou que se trata de atividade da associação de pais e que estava previsto haver mas depois, por decisão dessa associação, não avançou devido à questão do COVID. Quanto aos novos montantes previstos para obras de saneamento respondeu que ainda bem que existem novos investimentos, principalmente na nossa freguesia, tendo referido a situação do Casal do Missa em que as pessoas se têm queixado do assunto referindo que o desfasamento observado de dois anos nos novos financiamentos previstos pode ter a ver com a consignação da ligação do saneamento do Casal do Missa ao sistema do Município de Soure, ou o inverso, podendo existir um encontro de planos de atividades entre os municípios para resolver este assunto em simultâneo.

De seguida, teve início o ponto um da ordem do dia, leitura e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia. Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para referir que sempre que se inicia um novo mandato entra em vigor um novo regimento da assembleia sendo que o regimento apresentado é baseado na Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e em conformidade com a lei 75/2013 de 12 de Setembro.

De seguida, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para referir que, de acordo com a Lei nº 75/2013, artigo 10º, nº 1 alínea a), compete à assembleia de freguesia elaborar e aprovar o seu regimento, afirmando que os elementos da assembleia não participaram na elaboração do regimento tendo o documento sido apresentado já feito, referindo que isso não está de acordo com o que diz a lei. Prosseguiu a sua intervenção referindo que existiam alguns pontos no regimento que lhe suscitaram dúvidas, nomeadamente o artigo 14º, período antes da ordem do dia, onde consta que em cada reunião poderá haver um período de antes da ordem do dia que terá a duração máxima de 30 minutos, tendo afirmado que o que a Lei nº 75/2013 diz é que esse período terá uma duração máxima de 60 minutos. Questionou, também, o artigo 16º nº 3 do regimento, referente às sessões extraordinárias, que diz que o Presidente da Assembleia terá de convocar a sessão no prazo de 10 dias após a receção do requerimento no número um, afirmando que o que a lei refere é um prazo máximo de 5 dias. Concluiu, afirmando que o regimento apresentado é muito simplista, pouco esclarecedor e algo confuso.

O Presidente da Assembleia tomou a palavra para responder que o regimento foi elaborado com base nas leis mencionadas, mas que poderão existir alterações nos tempos e prazos mencionados, à semelhança do que é feito noutras assembleias de freguesia. Registou as questões levantadas, mas afirmou que o regimento que irá ser colocado a votação é o regimento apresentado. Posto isto,

colocado a votação o Regimento da Assembleia de Freguesia, o mesmo foi aprovado por maioria, com três votos contra do PSD.

De seguida, passou-se ao ponto dois da ordem do dia, apreciação e votação da Conta de Gerência de 1/1/2021 a 14/10/2021. Tomou a palavra o Presidente da Junta para referir que o controlo de receita e despesa apresentado diz respeito ao período de Janeiro de 2021 até ao momento em que o anterior executivo cessou o mandato, ou seja, corresponde a cerca de 10 meses e, por isso, não espelha a realidade da totalidade do ano de 2021. Referiu que não existem grandes ilações a retirar, não existindo despesas demasiado abaixo nem demasiado acima do que estava orçamentado, afirmando que os graus de execução apresentados são justificados pelo facto de ainda faltarem cerca de dois meses e meio para o reporte total do ano de 2021. Deu como exemplo a rúbrica de receita de produtos alimentares e bebidas, mercadorias, que apresenta um grau de execução de 0% justificado pelo facto de, à data do reporte de 14/10/2021, ainda não ter ocorrido a Feira Anual de São Martinho.

De seguida, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para dizer que, obviamente, os documentos apresentados dizem respeito ao executivo anterior mas questionou a origem da rúbrica de despesa "Estudos e Pareceres" referindo que foram orçamentados 4.400,00€ e apresenta um gasto de 4.366,50€, ou seja, com grau de execução quase total. Referiu que o grau de execução da despesa é de 56% e que ficaram por aplicar cerca de 56 mil euros, tendo questionado o porquê de um grau de execução tão baixo.

De seguida, tomou a palavra a deputada Deonilde Dias para questionar em que foi gasto o valor de 66.228,55€ registado na rúbrica de receita "Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)". Questionou, também, o facto de a rúbrica de receita "Estado – Participação Comunitária em Projetos Co-financiados", com uma dotação de 30.999,08€, não ter sido utilizada apresentando um grau de execução de 0%. Finalizou a sua intervenção, questionado o porquê de a rubrica de despesa de Seguros ter uma dotação de 1.500,00€ mas evidenciar um valor de apenas 843,24€, ou seja, com um grau de execução de apenas 56.22%, e questionando a origem do valor de 613,80€ patente na rúbrica de despesa referente a "outros serviços – serviços diversos".

De seguida, tomou a palavra a deputada Helena Gonçalves para questionar em que consistem as rúbricas de despesa referentes a abono de falhas e a equipamento básico tendo referido que, na rúbrica de equipamento básico, registava-se uma dotação de 9.247,00€ e foram gastos 3.057,05€.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Referiu que, em relação ao FEF, ele não é gasto numa coisa mas sim em várias situações do dia-a-dia corrente, sendo uma transferência de fundos do governo que decorre do Orçamento do Estado para apoio à atividade corrente das autarquias. Informou que uma das principais rúbricas que consome este montante é a de despesas com o pessoal tendo referido, também, que, quanto ao grau de execução da despesa de apenas 56% à data de 14/10/2021, existirão despesas significativas a registar nos meses seguintes, nomeadamente gastos com o pessoal, subsídios de férias e os vencimentos com os trabalhadores no âmbito do CEI e CEI + que farão o grau de execução da despesa aumentar com a contabilização dos dois meses e meio em falta do ano de 2021. Em relação às rúbricas de "Estudos e Pareceres" e "Estado – Participação Comunitária em Projetos Co-financiados" respondeu que fazem, ambas, parte de um projeto chamado ECO Juntar +, do Fundo Ambiental, destinado à aquisição de um ecoponto móvel para reciclagem de fluxos de resíduos diferentes dos ecopontos normais. Informou que o município já possui um equipamento destes e que existirá um contentor semelhante especificamente para as freguesias de Ega, Sebal e Belide e Anobra referindo que a freguesia da Ega é que está a encabeçar, como principal promotora, a candidatura a este projeto. Referiu que o estudo do

projeto teve o tal valor de 4.366,50€ e que o projeto terá o custo de 30.999,08€, inscrito na rúbrica de "Estado – Participação Comunitária em Projetos Co-financiados", mas que ainda não foi executado devido ao facto de o prazo de execução do projeto ter coincidido com toda a altura da campanha e de tomada de posse do novo executivo. Referiu que foi feito um pedido de adiamento ao Fundo Ambiental para execução do investimento, o qual foi aceite. Quanto à questão dos seguros informou que não existiu alienação de nenhum equipamento, ou seja, todos os que tinham seguro, existem e continuam a ter seguro tendo informado que ainda há dias tinha sido pago outro seguro e que, seguramente, no reporte a 31 de dezembro de 2021, a rúbrica em questão terá um grau de execução de 100% ou muito próximo disso. Informou, também, que a rúbrica de abono de falhas diz respeito a um subsídio para falhas de caixa inerente ao serviço de CTT que existe na junta. Quanto à rubrica de equipamento básico referiu que tem origem, essencialmente, em ferramentas e utensílios tendo informado acerca da aquisição de uma roçadora nova que justificará parte do valor registado na rúbrica. Informou que a denominação destes items decorre do software informático e que sempre que é adquirido algo é necessário enquadrá-lo nas várias rúbricas contabilísticas.

De seguida, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para referir que na rúbrica de despesa de abono para falhas está registado um valor de 604,03€ questionando se existiu, efetivamente, alguma falha, ao que o Presidente da Junta e o Presidente da Assembleia responderam negativamente, informando tratar-se de uma remuneração mensal de salvaguarda para eventuais falhas de caixa.

Nada mais havendo a questionar, foi colocado o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com três abstenções do PSD.

De seguida, passou-se ao ponto três da ordem do dia, apreciação e votação do Orçamento, PPI e Mapa de Pessoal para 2022.

Tomou a palavra o Presidente da Junta para efetuar uma breve apresentação dos documentos. Iniciou a sua intervenção referindo que a elaboração do orçamento teve como base os requisitos legais aplicáveis, o histórico existente (informando, contudo, que a situação do COVID e o investimento no projeto do ecoponto móvel, por exemplo, desvirtuaram alguns valores de base comparativa), o mapa de pessoal, os compromissos previamente assumidos, a recolha das necessidades existentes e, também, a análise do contexto económico global. Prosseguiu a sua intervenção apresentando as principais rúbricas do orçamento da receita para 2022 tendo mencionado o valor de 6.000,00€ de IMI, 3.910,00€ de taxas e multas (1.050,00€ de canídeos e 2.860,00€ de cemitérios), 6010,00€ de rendimentos da propriedade (10€ de juros e 6.000,00€ de rendas de terrenos) referente à concessão de sepulturas, 148.328€ de transferências correntes referentes a 79.028€ do FFF, 31.000€ de Projetos co-financiados, 30.000€ do Município de Condeixa, relacionados com os protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal, e 8.300€ da Segurança Social (contratos CEI e CEI +), 1.000,00€ de transferências de capital por parte do município referindo, ainda, a abertura de algumas rúbricas de valor simbólico, nomeadamente 10€ de outras receitas – indemnizações – e 10€ de receita não efetiva – reposições não abatidas aos pagamentos – tendo informado tratar-se de rúbricas abertas para o caso de existir necessidade de alocação de verbas nesses items. Concluiu a apresentação do orçamento da receita para 2022 referindo que o total de receitas previsto é de 179.618,00€ sendo a maior parte, 148.328,00€, referentes às transferências correntes.

De seguida, o Presidente da Junta apresentou as principais rúbricas do orçamento da despesa para 2022. Referiu o valor de 53.750,00€ de despesas com pessoal, referentes a 43.430,00€ de remunerações, 1.460,00€ de abonos variáveis ou eventuais e 8.860,00€ de segurança social, o valor de 45.480,00€ de aquisição de bens e serviços, repartido por 15.310,00€ de aquisição de bens e 30.170,00€ de aquisição de serviços, o valor de 8,50€ de juros e outros encargos, 14.000,00€ de

transferências correntes (4.000,00€ de instituições sem fins lucrativos e 10.000,00€ de programas ocupacionais) e 66.379,50€ de aquisição de bens de capital, onde se inclui 3.010,00€ de edifícios, 17.100,00€ de construções diversas, 300,00€ de equipamentos de informática, 1.000,00€ de software, 1.500,00€ de equipamento administrativo, 36.469,50€ de equipamento de recolha de resíduos, 4.000,00€ de outros e 3.000,00€ de ferramentas e utensílios. Concluiu a apresentação do orçamento da despesa para 2022 referindo que o total de despesas previsto é, naturalmente, também de 179.618,00€ repartidos, essencialmente, por três rúbricas, 45.480,00€ de aquisição de bens e serviços, 53.750,00€ de despesas com pessoal e 66.379,50€ de aquisição de bens de capital.

Após a apresentação do Presidente da Junta, tomou a palavra a deputada Helena Gonçalves para dizer que a dotação prevista da receita do IMI, em 2021, era de 6 mil euros mas que a 14 de outubro de 2021 apenas tinha sido recebido o valor de 3.779,97€ tendo questionado como vai ser garantido o restante valor, perguntando, nomeadamente, se nos dois meses e meio restantes de 2021 vai ser possível alcançar o valor total da rúbrica. Questionou, também, qual o projeto previsto para a Escola da Água uma vez que está orçamentada uma despesa de 2.500,00€ com esse espaço referindo que, em 2021, apenas estava orçamentado um valor de despesa com a Escola da Água de 500,00€ verificando-se, a 14 de outubro de 2021, um grau de execução de 0%.

De seguida, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para referir que entende o aumento da rúbrica de transferências relacionado com as novas competências a passar da Câmara para a Junta mas questionou o porquê de em 2021 estar previsto um valor de 18.000,00€ de transferência de receita de capital, por parte do Município, com um grau de execução de 0% no controlo orçamental de 14 de outubro de 2021 apresentado. Questionou, também, o montante previsto de 1.300,00€ de receita com atestados e declarações referindo que, a 14 de outubro de 2021, apenas foram liquidados 600,00€. Prosseguiu a sua intervenção elogiando a dotação de 4.000,00€ de despesa para instituições sem fins lucrativos, mas questionou qual o plano de distribuição e se existe alguma forma para que as coletividades tenham conhecimento deste apoio e de que modo se poderão candidatar. Finalizou a sua intervenção afirmando que o orçamento está elaborado com base em valores previstos referentes ao ano anterior e não com base em valores efetivamente realizados, referindo que não lhe parece que seja um orçamento objetivo.

De seguida, tomou a palavra a deputada Deonilde Dias para questionar, em relação ao orçamento da receita, qual o motivo para se ter considerado o valor de 79.028,00€ no FEF, e não o valor de 66.877,00€ de 2021, uma vez que o Orçamento do Estado foi chumbado.

De seguida, tomou a palavra o deputado Paulo Vitorino Gonçalves para dizer que o orçamento é um plano de intenções. Existe um plano previsional de receitas que deverão ser encaixadas com o plano previsional de despesas tendo referido, ainda, que o próximo Orçamento do Estado pode, até, prever um valor superior no FFF. Afirmou, ainda, que o essencial é apresentar as rúbricas abertas e obter, depois, as contas certas entre receita e despesa.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Junta iniciando a sua intervenção para referir que, de facto, um orçamento é um plano de intenções. Quanto à questão do baixo grau de execução da receita do IMI a 14 de outubro de 2021 respondeu que é uma situação normal uma vez que grande parte dessa receita é recebida no mês de novembro. Quanto à Escola da Água respondeu que as únicas propostas eleitorais para aquele espaço partiram do PS informando, também, que irá existir um plano de ação específico, elaborado pela pessoa que trabalha no local, e que irá ocorrer, já no início de março, um workshop de fabrico de sabonetes artesanais, com plantas da Serra de Sicó, organizado em parceria com uma empresa de Condeixa-a-Nova que pertence a uma pessoa que mora em S. Fipo. Referiu, ainda, que já existiram outras atividades da Escola da Água, nomeadamente a presença na

Feira Anual de São Martinho, e que outras estavam agendadas mas, por motivos de força maior, tiveram de ser adiadas para o ano seguinte. Afirmou que, existindo atividades planeadas, é normal o valor de despesa orçamentado para a escola.

Prosseguiu a sua intervenção respondendo que em relação à rubrica de atestados e declarações, que regista um valor de apenas 600,00€ em 14 de outubro de 2021, é agora no final do ano que estão a receber muitas solicitações para a emissão de atestados, nomeadamente provas de vida. Quanto à forma de acesso ao montante destinado a apoio a instituições sem fins lucrativos respondeu que não existe, nem existiu, uma forma específica de acesso. Explicou que o que acontece muitas vezes, para situações específicas devidamente solicitadas e enquadradas, a junta presta esse apoio. Disse ainda que pretenderá que esses apoios sejam concedidos, preferencialmente, através da dádiva de bens e/ou serviços e/ou equipamentos e não através da transferência direta de dinheiro. Deu o exemplo do caso da Associação da Rebolia, que está a efetuar alguns melhoramentos na sua sede, e que pediu ajuda com alguns materiais de construção e a junta, com conta, peso e medida, tem ajudado dentro do possível. Referiu ainda que, na sua opinião, não faz sentido estar a elaborar, por exemplo, um plano de apoio ao desporto federado até porque, na freguesia, apenas os Ugas possuem desporto federado e, desse modo, iriam provavelmente consumir todo o valor orçamentado, o que seria injusto para as outras associações. Quanto à questão de o orçamento ter sido elaborado com base no ano anterior referiu que, em certa medida, foi isso que aconteceu mas que não foi baseado só no ano anterior mas sim nos anos anteriores. Informou que, contudo, existem coisas diferentes e que tiveram de ser ajustadas tendo dado como exemplo o kit de natalidade, proposta do programa eleitoral, que necessitou de um ajuste de rúbrica orçamental tendo aproveitado para informar que essa medida está a ser negociada junto da farmácia de S. Fipo, embora a apresentação da proposta, por parte da farmácia, esteja algo atrasada devido à questão do COVID. Conclui, referindo que é a experiência dos anos anteriores que permite projetar os anos seguintes, embora realçando que existem propostas diferentes no orçamento apresentado, tendo referido a questão do ecoponto móvel, o kit de natalidade e a dotação da Escola da Água. Referiu, ainda, que quanto à receita do FEF, apesar do chumbo do Orçamento do Estado, é o valor que está previsto até ao momento.

De seguida, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para dizer que obviamente o orçamento tem de ter em conta o ano anterior mas o que pretendia alertar é que o orçamento está a ter em conta as previsões do ano anterior e não os valores reais. Terminou a sua intervenção, respondendo ao deputado Paulo Vitorino Gonçalves, afirmando que estamos a assumir, no orçamento apresentado, despesas no valor de 179.618,00€ logo as receitas têm de ser, também, de 179.618,00€ questionando quem garante que os 79.028,00€ do FEF serão, de facto, atribuídos.

O Presidente da Junta usou da palavra para responder que o orçamento de despesa e de receita é ajustável e que, se porventura, entrar menos dinheiro que o previsto, os gastos também serão revistos.

Não existindo mais questões, nem propostas de alterações, quanto ao documento do Orçamento para 2022, o mesmo foi colocado a votação tendo sido aprovado por maioria, com três votos contra do PSD.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para apresentar o Plano Plurianual de Investimento. Esclareceu que no caso da Junta de Freguesia de Ega, ao contrário de juntas de maior dimensão e com obras de maior envergadura que decorrem ao longo do tempo, não se verifica situações de projetos/obras que transitem de um ano para o outro. Informou que a única exceção registada é o caso do projeto do ecoponto móvel do Fundo Ambiental que transitará de 2021 para

2022. Referiu que, no momento atual, não está prevista nenhuma obra que transite de 2022 para 2023 e assim sucessivamente.

Seguidamente, tomou a palavra o deputado Amândio Cravo para referir que o Plano Plurianual de Investimento, tal como o próprio nome indica, é um plano para vários anos mas que pelo documento que foi apresentado, para os anos de 2023, 2024, 2025, 2026 não existe nada, não são apresentadas ideias, projetos nem obras para esses períodos tendo questionado o porquê desta situação. O Presidente da Junta usou da palavra para responder que, apesar do documento agora em apreciação, não quer dizer que não haja projetos para os anos seguintes afirmando que espera chegar ao fim de 2022 e estar a apresentar um novo Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2023. De novo esclareceu que, à data, não está previsto nenhum projeto em 2022 que se prolongue para 2023 tendo afirmando que, no entanto, não quer dizer que não venha a acontecer. Posto isto, não havendo mais questões, o Plano Plurianual de Investimento foi colocado a votação tendo sido aprovado por maioria, com três votos contra do PSD.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para apresentar o Mapa de Pessoal tendo referido que não existe alterações neste documento, que contempla um técnico superior e um assistente operacional, tendo dado uma palavra de apreço a ambos referindo que acolheram muito bem o novo executivo da junta. Posto isto, o Mapa de Pessoal foi colocado a votação tendo sido aprovado por maioria, com três abstenções do PSD.

De seguida, teve início o ponto quatro, informação do Presidente da Junta. Tomou a palavra o Presidente Rodolfo Silva para prestar algumas informações acerca da atividade da Junta de Freguesia. Referiu a realização de trabalhos de limpeza nas localidades, a manutenção semanal dos cemitérios, a desobstrução e limpeza de valetas e sumidouros, o desenvolvimento do projeto Eco.Juntar + com a Junta de Freguesia da Ega como entidade promotora, a realização da Feira Anual de São Martinho, tendo esclarecido que poderá não ter sido devidamente divulgada devido à questão da pandemia e ao facto de o parecer do delegado de saúde ter atrasado um pouco o processo, mas que correu muito bem. Realçou a importância da realização desta Feira tendo apresentado alguns resultados alcançados pelas várias entidades que estiveram presentes, nomeadamente os Ugas (400,00€), a Comissão de Festas de Ega (400,00€), a Associação de Pais EB1 Ega (900,00€) e a Escola Pré-Primária (500,00€). Prosseguiu a sua intervenção realçando a ligação da Junta de Freguesia com as escolas tendo mencionado o apoio concedido na compra de presentes de Natal, a oferta de livros para a Biblioteca da EB1 e a perspetiva de realização de futuras atividades em conjunto com a Escola da Água. Continuou a sua intervenção informando da presença da Escola da Água na Feira Anual de São Martinho referindo que foi a primeira vez que tal aconteceu e que, sendo um equipamento da freguesia, fez todo o sentido essa presença. Explicou que essa presença foi através de uma barraquinha onde foram realizadas algumas atividades e onde foi dado a conhecer atividades passadas. Referiu que também existiu a colaboração, nesta presença, da Águas do Centro Litoral através da cedência de algum equipamento e material informativo. Informou, também, acerca da compra de algumas árvores autóctones – que acabaram por ser oferecidas pelo viveirista – que podiam ser levadas pelas pessoas. Informou, também, acerca da atividade da Escola da Água, em conjunto com a EB1 da Ega, no dia da floresta autóctone em que foram plantadas duas árvores (carvalhos) junto à Capela de São Martinho, na Ega.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Assembleia de Freguesia para agradecer a presença do público e para agradecer aos membros da assembleia e do público pelo civismo e espírito democrático com que decorreu a sessão, o que é de saudar. Finalizou a sua intervenção referindo que

cumpriu com o que está estipulado no regimento, nomeadamente no que se refere ao artigo 10º, e que está totalmente disponível para colaborar com a Junta de Freguesia.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, o Presidente da Assembleia agradeceu aos presentes e deu por encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presenta ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

Da reunião foi redigida a presente ata que depois de lida foi assinada.

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário